

RESOLUÇÃO N.º 16/2015-TJ, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Institui o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte para o período de 2015 a 2021.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 2943/2015, bem como o que foi deliberado na Sessão Plenária desta data e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê em seu art. 1º que os tribunais devem elaborar e implantar o Plano de Logística Sustentável- PLS até o dia 29 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO que a citada Resolução disciplina no art.3º, inciso II, que logística sustentável é o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado;

CONSIDERANDO a necessidade de articular ações de planejamento e gestão institucional do Poder Judiciário deste Estado para estimular a reflexão e mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental, fomentando ações que estimulem o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, o uso sustentável de recursos naturais de bens públicos, adequada gestão de resíduos gerados, promoção de contratações sustentáveis, gestão sustentável de documentos, sensibilização e capacitação do corpo funcional, da força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas e qualidade de vida no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO, ainda, que o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do RN contemplou o objetivo estratégico “aprimorar a adequação, a segurança e sustentabilidade no ambiente de trabalho” vinculado ao indicador “índice de adesão à Resolução 201/2015 do CNJ e à Agenda Ambiental Pública- A3P”;

CONSIDERANDO, finalmente, que os tribunais devem garantir orçamento necessário para a execução do Plano de Logística Sustentável,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Plano de Logística Sustentável - PLS do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. O Plano de Logística Sustentável terá abrangência de 6 (seis) anos, contados da publicação dessa Resolução, conforme descrição constante do anexo.

Art. 2º O Plano de Logística Sustentável é formado dos seguintes componentes: 16 Planos de Ações e Painel de Indicadores, com os seguintes temas: Gestão do uso sustentável dos materiais de consumo, Gestão da impressão de documentos e equipamentos instalados de forma sustentável, Gestão do Consumo e gasto com energia elétrica, Gestão do consumo e gasto com água e esgoto, Gestão de resíduos, Gestão da Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Gestão dos serviços de Telefonia, Gestão dos serviços de vigilância, Gestão dos serviços de limpeza, Gestão do Consumo de Combustível, Gestão do Uso Sustentável dos veículos, Gestão do Layout e Gestão das Capacitações de servidores em educação socioambiental.

Art. 3º Compete à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) promover em parceria com a Comissão Permanente de Gestão Ambiental – COPEGAM, o acompanhamento das metas e indicadores, além de manter o PLS atualizado às necessidades da instituição e das normas vigentes, conforme preconizam os artigos 4º e 12, § 2º da Resolução nº 201 do CNJ, de 3 de março de 2015.

§ 1º O Plano de Logística Sustentável é composto de 63 (sessenta e três) indicadores de desempenho indispensáveis para alavancar as metas traçadas em cada tema mencionado no art. 2º. Os indicadores estão apresentados no campo “Painel de Indicadores” ao final de cada tema.

§ 2º As áreas administrativas destacadas em cada plano de ação deverão prestar à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) as informações sob as suas responsabilidades pertinentes ao PLS no prazo estabelecido no campo “apuração” do referido plano.

§ 3º Compete a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS), auxiliada pela

COPEGAM, compilar, monitorar e avaliar os indicadores de desempenho.

Art. 4º Compete à área administrativa responsável por cada “Plano de Ação”, indicar um gestor por tema, para que gerencie a apuração de cada indicador definido no painel de indicadores, realize o monitoramento e elabore projetos para consecução dos objetivos estabelecidos em cada plano.

Parágrafo único. Os projetos devem conter objetivos estabelecidos em cada Plano, a descrição da equipe, as atividades necessárias e os recursos envolvidos.

Art. 5º A proposta orçamentária do Poder Judiciário deve ser alinhada ao Plano de Logística Sustentável, de forma a garantir, na medida do possível, os recursos necessários à sua execução.

Art. 6º O Plano de Logística Sustentável poderá ser revisado a critério da administração sempre que necessário.

Art.7º A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - PLS encaminhará para publicação no Diário da Justiça Eletrônico ao final de cada semestre os resultados alcançados no referido Plano.

Art. 8º Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, até o dia 20 de dezembro de cada ano, o relatório de desempenho do PLS, conforme preconiza o art. 23, § 1º da Resolução 201 do CNJ.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Pleno “Desembargador João Vicente da Costa”, em Natal, 26 de agosto de 2015.

DES. AMÍLCAR MAIA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DES. AMAURY MOURA SOBRINHO

DES. EXPEDITO FERREIRA

DES. JOÃO REBOUÇAS

DES. VIVALDO PINHEIRO

DES. IBANEZ MONTEIRO

DES. GLAUBER RÊGO

DRA. VIRGÍNIA MARQUES
JUÍZA CONVOCADA

DES. CORNÉLIO ALVES

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de
Gestão Estratégica
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Juiz Francisco Seráfico da Nóbrega Coutinho – Coordenador

Titulares

Juíza Fátima Maria Costa Soares de Lima

Manoela Moreira da Costa

Maristela Rodrigues de Queiroz Freire

Kalina de Holanda Maia

Eudes Albuquerque de Andrade

Gerânio Gomes da Silva

Rubens Manoel Lemos Filho

Cel. PM André Luiz Vieira de Azevedo

Ana Luzinete Pereira da Silva

Luciane Pinto Brandão

Hirma Gomes Barreto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
1-PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SUSTENTÁVEL.....	05
1.1-Gestão do uso sustentável dos Materiais de consumo.....	05
1.1.1-Gestão do uso sustentável do papel A4.....	05
1.1.2-Gestão do uso sustentável dos copos descartáveis.....	07
1.1.3-Gestão do uso sustentável da água envasada em embalagens plásticas.....	09
1.2-Gestão da Impressão de documentos e equipamentos instalados de forma sustentável.....	11
1.3-Gestão do consumo e gasto com Energia elétrica.....	13
1.4-Gestão do consumo e gasto com Água e esgoto.....	16
1.5-Gestão dos resíduos.....	18
1.6-Gestão da Qualidade de vida no ambiente de trabalho.....	21
1.7-Gestão dos serviços de Telefonia.....	23
1.8-Gestão dos serviços de Vigilância.....	25
1.9-Gestão dos serviços de Limpeza.....	26
1.10-Gestão do Consumo de Combustível.....	28
1.11-Gestão do uso sustentável dos Veículos.....	31
1.12-Gestão do Layout.....	33
1.13-Gestão das Capacitações de servidores em educação socioambiental.....	35
1.14-Gestão dos indicadores.....	37
2-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
3-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

APRESENTAÇÃO:

Durante a construção do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, para o período de 2015-2020, vislumbrou-se a sustentabilidade como um dos objetivos estratégicos, dada a grande importância do tema no contexto mundial e nacional, tendo a Administração Pública aderido as boas práticas de sustentabilidade como forma de minimizar os impactos ambientais.

Diante disso, contemplou-se nesse planejamento o objetivo estratégico "aprimorar a adequação, a segurança e sustentabilidade do ambiente de trabalho", vinculado ao indicador "Índice de adesão à Resolução 201/2015 do CNJ e à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P", com metas estabelecidas para os próximos 05 (cinco) anos.

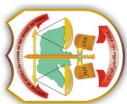
Destaca-se que devido à complexidade do tema abordado, em especial aos 65 (sessenta e cinco) indicadores de que trata a Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, foi necessário a criação do Projeto Justiça Sustentável, tendo como uma das etapas de entrega a construção do Plano de Logística Sustentável-PLS, visando alavancar o objetivo estratégico acima citado, e construir atitudes e práticas para uma Justiça Potiguar Sustentável.

Em cada "Plano de Ação" elaborou-se uma análise do ambiente interno do PJRN, através de inventários e levantamentos de ações já existentes, visando a responsabilidade econômica, social e ambiental a fim de dar continuidade ou melhorar as práticas existentes e implantar ações para o uso adequado dos recursos naturais.

Foi contemplado ainda no PLS, ações que visam o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público; o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos; a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados; a promoção das contratações sustentáveis; a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.

Em síntese o PLS do PJRN está pautado nos seguintes pontos: identificação de ações possíveis para melhoria; Definição de planos de ação e as ações de divulgação, conscientização de todo corpo funcional e capacitação das áreas envolvidas, as quais conjuntamente proporcionarão a eficiência na sua implantação e continuidade.

Desta forma, nas páginas a seguir será apresentado o PLS, com o plano de ação para cada um dos temas determinados no artigo 16, da Resolução nº 201 do CNJ, constando cada um deles os seguintes itens: Objetivos, Indicadores, Linhas de atuação e responsabilidades.



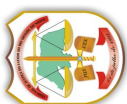
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1-PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

- 1.1 Gestão do uso sustentável dos Materiais de consumo
1.1.1 Gestão do uso sustentável do papel A4

PLANO DE AÇÃO										
Plano de Ação:	Plano de ação para redução de consumo de papel branco					Tema:		PAPEL		
Objetivo:	Implantar o uso do papel reciclado e/ou papel com certificado florestal FSC, visando o consumo através de critérios de sustentabilidade e de combate ao desperdício.									
Indicadores	1. Consumo de papel branco 2. Consumo de papel reciclado 3. Consumo total de papel branco e reciclado 4. Gasto com aquisição de papel branco 5. Gasto com aquisição de papel reciclado									
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO? INÍCIO	QUANDO? FIM	ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
Aquisição de impressoras com modo de impressão frente e verso, bem como recomendação o 001/2014 da Secretaria de Controle Interno do TJRN, que trata do uso de impressão frente e verso em todas as varas e comarcas do Estado.	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Realizar levantamento no PJRN, a fim de quantificar o total de resmas de papel branco e reciclado utilizados	Para reduzir o consumo de papel branco utilizado e em consequência aumentar o consumo de papel reciclado.	Solicitando ao Departamento de Materiais a quantidade de resmas de papel branco e reciclado utilizados nos últimos 12(doze) meses.	Diretor do Departamento de Materiais	25/05/15	29/07/15	Em todo PJRN	Sem custo	Sim
	Promoção das contratações sustentáveis	Substituir a aquisição de papel branco A4 por papel reciclado e/ou papel oriundo de madeira certificada, com certificado florestal FSC	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	1. Capacitando de forma contínua os servidores dos setores responsáveis pela aquisição.	Escola da Magistratura do RN - ESMARN	09/2015	12/2020	Em todo PJRN	A definir	Sim



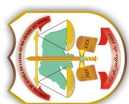
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

<p>Não há política de uso de papel reciclada.</p>	<p>Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.</p>	<p>Sensibilizar quanto a substituição do uso de papel branco pelo reciclado no PJRN</p>	<p>Difundir e promover a prática da sustentabilidade no âmbito do PJRN</p>	<p>2. Sensibilização do corpo funcional quanto: 3. Evitar impressões desnecessárias; 4. Intensificar o uso do padrão de impressão frente-e-verso e preto-e-branco e utilização do eco fonte para os documentos; 5. Incentivar o uso da assinatura eletrônica; 6. Uso de papel reciclável. 7. Adotar duas caixas de papel por sala para armazenar o papel a ser reciclado; 8. A retirada do papel será semanalmente; 9. Criar a central de impressão;</p>	<p>Departamento de comunicação/COPEGAM</p>	<p>09/2015</p>	<p>08/2021</p>	<p>Em todo PJRN</p>	<p>Sem custo</p>	<p>Não</p>
---	---	---	--	--	--	----------------	----------------	---------------------	------------------	------------

- Não houve aquisição de papel reciclado no ano de 2014.

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA PAPEL					
INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE - ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Consumo de papel branco	Representa o consumo de resmas de papel branco utilizadas	Nº de resmas de papel branco utilizadas	45.343 resmas	Mensal	
Gasto com aquisição de papel branco	Representa o gasto (R\$) com a compra de papel branco	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco	R\$ 637.850	Mensal	Diretor do Departamento de Materiais
Consumo de papel reciclado	Representa o consumo de resmas de papel reciclado utilizadas	Nº de resmas de papel reciclado utilizadas	0 resmas	Mensal	
Gasto com aquisição de papel reciclado	Representa o gasto (R\$) com a compra de papel reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado	R\$ 0,00	Mensal	

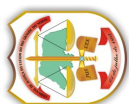


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.1.2 Gestão do uso sustentável dos copos descartáveis

PLANO DE AÇÃO										
Plano de Ação:	Plano de ação para redução de material de consumo									
Objetivo:	Reduzir o consumo de copos descartáveis plásticos substituindo-o por copos/canecas de uso pessoal.									
Indicadores:	1. Consumo de copos de 150ml descartáveis	2. Consumo de copos de 50ml descartáveis	3. Gasto total com aquisição de copos descartáveis	4. Gasto com aquisição de copos de 150ml descartáveis	5. Gasto com aquisição de copos de 50ml descartáveis	Data de Início:	25/05/2015	Previsão de término:	31/12/2021	
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO?		ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
						INÍCIO	FIM			
Não há ações implantadas visando à redução do consumo de copos descartáveis (150 ml e 50 ml), a preocupação na maioria das unidades é estocar para não faltar	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Realizar levantamento acerca do consumo de copos descartáveis de 150 ml e 50ml	Para reduzir o consumo de copos descartáveis de 150 ml e 50ml.	Solicitando ao Departamento de Materiais a quantidade (centos) de copos descartáveis de 150 ml e 50 ml utilizados no ano anterior.	Diretor do Departamento de Materiais	25/05/15	29/07/15	Em PJRN	Sem custo	Sim
	Promoção das contratações sustentáveis	Adquirir, preferencialmente, copos descartáveis produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, a fim de minimizar impactos ambientais.	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	Capacitando os servidores de forma contínua dos setores responsáveis pela aquisição.	Escola Magistratura do RN - ESMARN	06/2015	12/2020	Em PJRN	A definir	Sim



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

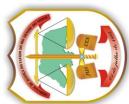
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

	Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.	Sensibilizar o corpo funcional acerca da importância para o meio ambiente na redução do consumo/gastos com copos descartáveis plásticos	Para difundir e promover a prática da sustentabilidade no âmbito do PJRN	1. Promovendo sensibilização do Corpo funcional quanto: 2. Ao uso de copos/canecas, garrafas de pertença pessoal, ou adotar um copo por dia; 3. Fornecimento de copos de 150 ml (água), apenas para o público externo; 4. Horário preestabelecido para o serviço de café.	Departamento de comunicação/COPEGAM	08/2015	08/2021	Em todo PJRN	A definir	Não
--	--	---	--	--	-------------------------------------	---------	---------	--------------	-----------	-----

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA COPOS DESCARTÁVEIS (150 ml e 50 ml)

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE – ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Consumo de copos de 150ml descartáveis	Representa o consumo de copos descartáveis de 150ml	$\frac{\text{Quantidade (centos) de copos de 150ml}}{\text{Total corpo funcional} + \text{força de trabalho auxiliar}}$	$\frac{34.083}{3.337} = 10,21 \text{ centos/servidor}$	Semestral	Diretor do Departamento de Recursos Materiais
Gasto com aquisição de copos de 150 ml	Representa o gasto (R\$) com a compra de copos de 150 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 150 ml	R\$ 55.166,25	Semestral	
Consumo de copos de 50ml descartáveis	Representa o consumo de copos descartáveis de 50ml	$\frac{\text{Quantidade (centos) de copos de 50 ml}}{\text{Total corpo funcional} + \text{força de trabalho auxiliar}}$	$\frac{5000}{3337} = 1,50 \text{ centos/servidor}$	Semestral	
Gasto com aquisição de copos de 50 ml	Representa o gasto (R\$) com a compra de copos de 50 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 50 ml	R\$ 0,00	Semestral	

- No ano de 2014 não houve gasto com aquisição de copos descartáveis de 50ml, a quantidade (centos) consumidos estavam em estoque.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

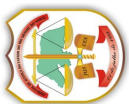
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.1.3 Gestão do uso sustentável da água envasada em embalagens plásticas

PLANO DE AÇÃO									
Plano de Ação:	Plano de ação para redução de material de consumo.								
Objetivo:	Reduzir o consumo de água condicionadas em embalagens plásticas.								
Indicadores:	1. Consumo de água envasada em embalagens plásticas 2. Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás) 3. Consumo de garraões de água de 20 litros 4. Gasto com aquisição de garraões de água de 20 litros								
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO?		ONDE?	ANDAMENTO
						INÍCIO	FIM		
Em estudo forma de redução do consumo de água em garrafas de 500 ml e copos plásticos	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto do público	Realizar levantamento acerca do consumo de água envasada em embalagens plásticas, bem como do consumo de garraões de água de 20 litros	Para reduzir o consumo de água envasada em embalagens plásticas, bem como do consumo de garraões de água de 20 litros	Solicitando ao Departamento de Materiais a quantidade de água envasada em embalagens plásticas, bem como do consumo de garraões de água de 20 litros no ano de 2014.	Diretor do Departamento de Materiais	25/05/15	29/07/15	Em todo PJRN	Sem custo Sim
	Promoção das contratações sustentáveis	Reduzir gradativamente a aquisição de água envasada em embalagens plásticas, bem como de garraões de água de 20 litros	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	Capacitando de forma contínua os servidores dos setores responsáveis pela aquisição.	Escola Magistratura do RN - ESMARN	06/2015	12/2020	Em todo PJRN	A definir Sim

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

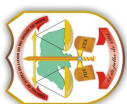
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".



	Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.	Sensibilizar o corpo funcional acerca da importância para o meio ambiente da redução do consumo/gastos com água envasada em embalagens plásticas, bem como do consumo de garrações de água de 20 litros	Para difundir e promover a prática da sustentabilidade no âmbito do PJRN	1. Sensibilizando dos servidores quanto ao uso racional dos recursos; 2. Monitorando o consumo de garrações de água no PJRN;	Departamento de comunicação/COPEGAM	08/2015	08/2021	Em todo PJRN	A definir	Não
--	--	---	--	---	-------------------------------------	---------	---------	--------------	-----------	-----

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA ÁGUA ENGARRAFADA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE – ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás - explicitar o volume em ml ou litro)	Representa o consumo de garrações descartáveis.	Nº de garrações de 500ml de água com e sem gás descartáveis consumidas (pacote com 12)	104 pacotes	Semestral	Diretor do Departamento de Recursos Materiais
Consumo de garrações de água de 20 litros sem gás - explicitar o volume em ml ou litro)	Representa o consumo de garrações de água de 20litros.	Nº de copos de 200ml de água sem gás descartáveis consumidas (caixa com 48)	3927 caixas	Semestral	
Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás - explicitar o volume em ml ou litro)	Representa o gasto (R\$) com garrações plásticas.	Quantidade de garrações de água de 20 litros	15.086 garrações	Semestral	
		Valor (R\$) gasto com a compra de garrações plásticas (com e sem gás) de 500ml	R\$842,88	Semestral	
		Valor (R\$) gasto com a compra de copos plásticos (com e sem gás) de 200ml	R\$ 50.633,73	Semestral	
		Valor (R\$) gasto com a compra de garrações 20 litros.	R\$ 27.494,24	Semestral	
Gasto com aquisição de garrações de 20 litros	Representa o gasto (R\$) com garrações de 20 litros.				



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.2-Gestão da Impressão de documentos e equipamentos instalados de forma sustentável

PLANO DE AÇÃO										
Plano de Ação:	Plano de Ação reduzir a Impressão de documentos e os equipamentos instalados					Tema:		Impressão		
Objetivo:	Difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito do PJRN									
Indicadores:	1. Impressões de documentos totais	2. Equipamentos instalados	3. Performance dos equipamentos instalados (índice de ociosidade baseada na capacidade máxima de impressão)	4. Gasto com aquisições de suprimentos	5. Gasto com aquisição de impressoras	6. Gasto com contratos de outsourcing de impressão (equipamento + manutenção + impressão por folha + suprimento)	Data de Início:		Previsão de término:	
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO?		ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
						INÍCIO	FIM			
Não há monitoramento quanto ao montante de impressões no PJRN	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto do público	Realizar levantamento acerca do número de impressões no último ano, bem como quantidade de impressoras instaladas no PJRN.	Para reduzir o número de impressões em todo o PJRN, aumentando o tempo de vida dos cartuchos e toners, cooperando, assim, para uma economia sustentável.	Solicitando a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC a quantidade de impressões no último ano, bem como o número de impressoras instaladas em todo o PJRN.	SETIC.	25/05/15	29/07/15	Em todo PJRN	Sem custo	Sim
	Promoção das contratações sustentáveis	Serviço de outsourcing	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	Capacitando de forma contínua os servidores dos setores responsáveis pela aquisição.	Escola da Magistratura do RN - ESMARN	06/2015	12/2020	Em todo PJRN	A definir	Sim

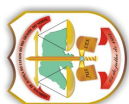
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

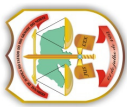
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

	Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.	Sensibilizar o corpo funcional acerca da importância para o meio ambiente na redução de impressões, aumentando o tempo de vida dos cartuchos e toners.	Para difundir e promover a prática da sustentabilidade no âmbito do PJRN	Conscientizando o corpo funcional quanto: <ol style="list-style-type: none"> 1. Evitar impressões desnecessárias; 2. Uso do padrão de impressão frente-e-verso e preto-e-branco e utilização do eco fonte para os documentos; 3. Incentivar o uso da assinatura eletrônica. 	Departamento de comunicação/Inf ormática e COPEGAM	09/2015	08/2021	Em todo PJRN	A definir	Não
--	--	--	--	--	--	---------	---------	--------------	-----------	-----

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE - ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Impressões de documentos totais	Representa a quantidade de impressão per capita	$\frac{\text{Quantidade total de impressões}}{\text{Corpo funcional} + \text{força de trabalho auxiliar}}$	2.134.368 = 640 impressões/ servidor 3337	Semestral	Secretário de Tecnologia da Informação e comunicação
Equipamentos instalados	Representa o número de equipamentos instalados.	Quantidade de equipamentos instalados por unidade de trabalho	03 equipamentos por unidade	Semestral	
Performance dos equipamentos instalados (Índice de ociosidade baseada na capacidade máxima de impressão)	Representa a relação entre a quantidade de impressões e a quantidade de equipamentos instalados por unidade de trabalho	$\frac{\text{Quantidade de impressões}}{\text{Equipamentos instalados por unidade de trabalho}}$	$\frac{4607}{3} = 1.536,67$	Semestral	
Gasto com aquisições de suprimentos	Representa o gasto em reais com aquisições de suprimentos.	Valor (RS) gasto com a compra de suprimentos	R\$ 300.000,00	Anual	
Gasto com aquisição de impressoras	Representa o gasto em reais com aquisição de impressoras	Valor gasto com a compra de equipamentos de impressão	R\$ 225.800,00	Anual	
Gasto com contratos de outsourcing de impressão + manutenção + impressão por folha + suprimento)	Representa o gasto em reais com contratos de outsourcing de impressão	Valor (RS) gasto com o posto de impressão	$\frac{R\$ 57.460,75}{85} = R\$ 676,00/\text{impressora}$	Anual	



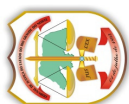


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.3-Gestão do consumo e gasto com Energia elétrica

PLANO DE AÇÃO												
Plano de Ação para redução do consumo e gasto com energia elétrica		Tema:				ENERGIA ELÉTRICA						
Objetivo:	Responsável pela ação:											
Indicadores:	Data de Início:											
	QUANDO?		ONDE?		QUANTO?		ANDAMENTO					
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO?	INÍCIO	FIM	EM	QUANTO?		
- Contrato com a COSEERN se dá por unidade, através da demanda consumida; - Contratação de hora sazonal verde (mais barato); - Fazem parte da categoria tarifária A (grupo A), hora sazonal verde, 24 unidades do PJRN;	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Levantar o consumo de energia elétrica no PJRN no ano anterior.	Para reduzir o consumo de recursos energéticos	Solicitando ao Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE as informações necessárias.	Fiscal do contrato	25/05/15	25/05/15	08/06/15	Em PJRN	Sem custo	31/12/2021	Sim
	Promoção das contratações sustentáveis	Revisar os contratos em conformidade com a demanda real de consumo	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	Capacitando de forma contínua o servidor do setor responsável pelo contrato.	Escola da Magistratura do RN - ESMARN	06/2015	06/2015	12/2020	Em PJRN	A definir		Sim



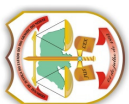
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

<p>- Fazem parte da categoria tarifária B (grupo B), hora convencional, 75 unidades do PJRN;</p>	<p>Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.</p>	<p>Sensibilizar o corpo funcional acerca da importância para o meio ambiente da redução do consumo dos recursos energéticos</p>	<p>Para difundir e promover a prática sustentável no âmbito do PJRN</p>	<p>Sensibilizar o corpo funcional quanto ao uso racional de energia elétrica através do:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Monitoramento do consumo de energia; 2. Uso da luz natural sempre que possível, abrindo janelas, cortinas ou persianas; 3. Uso adequado do ar condicionado, mantendo portas e janelas fechadas; 4. Controle da iluminação de seu ambiente de trabalho, procurando manter desligado as luzes e monitores sempre que se ausentar; 5. Uso racional dos elevadores, estimulando o uso das escadas para pequenos deslocamentos; 6. Aquisição de condicionador de ar com compressor inverter. 7. Aquisição de luminárias de LED para uso interno e externo. 8. Reduzir o horário do expediente para não atingir o horário de ponta, cuja tarifa é 4,25 vezes maior (a partir da 17:30hs). 	<p>Departamento de comunicação/ COPEGAM</p>	<p>08/2015</p>	<p>08/2021</p>	<p>Em PJRN</p>	<p>todo</p>	<p>Sem custo</p>	<p>Não</p>
--	---	---	---	--	---	----------------	----------------	----------------	-------------	------------------	------------

- O grupo A, do qual fazem parte os prédios do Tribunal de Justiça e o Fórum Miguel Seabra Fagundes, representa aproximadamente 71% (setenta e um por cento) do consumo de energia elétrica de todo PJRN;

- Uma vez o excedente do valor contratado para o consumo de energia elétrica é 4,25 vezes maior, há monitoramento da demanda de massa, através de relatório elaborado pelo DAE, que serve de subsídio na revisão anual do contrato;

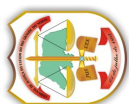

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

- Há também monitoramento de ruídos na rede elétrica, através de bancos de capacitores, que os corrigem, evitando assim multas junto a COSERN;
- O prédio que mais consome energia elétrica no PJRN, é o Fórum Miguel Seabra Fagundes, devido a sua área construída, bem como o número de pessoas que trabalham e transitam diariamente em suas dependências, o seu sistema de refrigeração encontra-se defasado, trabalhando acima de sua capacidade; Há a necessidade de troca de 03 (três) *chiller*, além do gás refrigerante utilizado ser o R22, que não é ecológico, agredindo a camada de ozônio, em consequência o mesmo custa mais caro e sua comercialização está ficando mais escassa. Conforme estudos, o sistema de refrigeração do Fórum teria que se adequar a nova realidade do prédio até o ano de 2017, com orçamento estimado em 2013 no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões reais).

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA ENERGIA ELÉTRICA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE – ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Consumo de energia elétrica	Representa o consumo de energia elétrica em Kwh	Quantidade de Kwh consumidos	9.877.376,99 kW	Mensal	Fiscal do contrato
Consumo de energia elétrica por área construída	Representa o consumo de energia elétrica por área construída	$\frac{\text{Quantidade de Kwh consumidos}}{\text{Total da área construída}}$	$\frac{9.877.376,99}{145.951,96} = 67,68 \text{ kWh/m}^2$	Mensal	
Gasto com energia elétrica	Representa o gasto em reais com energia elétrica	Valor (R\$) da fatura	R\$ 3.728.160,44	Mensal	
Gasto com energia elétrica	Representa o gasto em reais de energia elétrica por área construídas	$\frac{\text{Valor (R\$) da fatura}}{\text{Total área construída}}$	$\frac{R\$ 3.728.160,44}{145.951,96} = R\$ 25,54/\text{m}^2$	Mensal	
Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)	Representa a relação entre a demanda registrada fora da ponta e a demanda contratada fora da ponta	$\frac{\text{Demanda registrada fora de ponta}}{\text{Demanda contratada fora de ponta}} (\%)$	$\frac{22.596,50 \text{ kW}}{26.784 \text{ kW}} = 0,84$	Mensal	
Adequação do contrato de demanda (ponta)	Representa a relação entre a demanda registrada ponta e a demanda contratada ponta	$\frac{\text{Demanda registrada ponta}}{\text{Demanda contratada ponta}} (5)$	$\frac{15.109,90 \text{ kW}}{26.784 \text{ kW}}$	Mensal	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.4-Gestão do consumo e gasto com Água e esgoto

PLANO DE AÇÃO

Plano de Ação:	Tema:		Água e esgoto							
	Objetivo:	Responsável pela ação:	As áreas responsáveis por cada ação							
Indicadores:	1. Volume de água consumido 2. Volume de água por área construída	3. Gasto com água 4. Gasto com água por área construída	Data de Início:	25/05/2015	Previsão de término: 31/12/2021					
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO? INÍCIO	QUANDO? FIM	ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
- Contrato junto com a CAERN se dá por unidade, através da demanda consumida;	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Levantar o consumo de água no PJRN no ano anterior.	Para reduzir o consumo de recursos energéticos	Solicitando ao Departamento de contratos as informações necessárias.	Fiscal contrato	25/05/15	29/07/15	Em todo PJRN	Sem custo	Sim
	Promoção das contratações sustentáveis	Revisar alguns contratos categoriais tarifárias convencionais.	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	Capacitando de forma contínua os servidores dos setores responsáveis por contratos.	Escola Magistratura do RN - ESMARN	06/2015	12/2020	Em todo PJRN	A definir	Sim

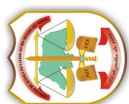
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

<p>- Alguns contratos com categorias tarifárias convencionais necessitam ser revistos, uma vez que a tarifa excedente é mais caro.</p>	<p>Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.</p>	<p>Sensibilizar o corpo funcional acerca da importância para o meio ambiente da redução do consumo dos recursos energéticos</p>	<p>Difundir e promover a prática da sustentabilidade no âmbito do PJRN</p>	<p>Conscientizar o corpo funcional quanto ao uso racional de água: 1. Monitorando o consumo de água; 2. Implantando rotina de manutenção preventiva nas instalações hidro sanitárias; 3. Implantando rotinas para lavagens de veículos, fachadas e regas de plantas. 4. Designando um servidor para acompanhar semanalmente o consumo em cada unidade, procurando identificar problemas ocorridos na unidade, como vazamentos para correção de forma mais imediata.</p>	<p>Departamento de comunicação/ COPEGAM</p>	<p>08/2015</p>	<p>08/2021</p>	<p>Em todo PJRN</p>	<p>Sem custo</p>	<p>Não</p>
--	---	--	--	---	---	----------------	----------------	---------------------	------------------	------------

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA ÁGUA E ESGOTO

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE – ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Volume de água consumida	Representa o volume de água consumido	Quantidade de m ³ de água	63.199m ³	Mensal	Fiscal do Contrato
Volume de água por área construída	Representa o volume de água consumido por área construída	Quantidade de m ³ de água/total área construída	$63.199\text{m}^3 = 0,43\text{m}^3/\text{m}^2$ $145.951,96\text{ m}^2$	Mensal	
Gasto com água	Representa o gasto em reais com água	Valor (R\$) da fatura	R\$ 712.020,64	Mensal	
Gasto com água por área construída	Representa o gasto em reais com água por área construída	Valor (R\$) da fatura/área total construída	$\frac{\text{R\$ } 712.020,64}{145.951,96\text{ m}^2} = \text{R\$ } 4,88/\text{m}^2$	Mensal	

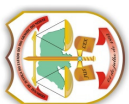


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.5-Gestão dos resíduos

PLANO DE AÇÃO											
Plano de Ação:	Plano de Ação para viabilizar o descarte adequado dos resíduos no meio ambiente										
Objetivo:	Descartar os resíduos de maneira adequada para o meio ambiente										
Indicadores:	1. Destinação de papel para reciclagem 2. Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem 3. Destinação de plástico para reciclagem 4. Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação 5. Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação 6. Destinação de madeiras para reaproveitamento 7. Destinação de vidros para reciclagem 8. Destinação de metais para a reciclagem 9. Destinação de resíduos de saúde para descontaminação 10. Destinação de resíduos de obras à reciclagem 11. Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) à Reciclagem 12. Total de material reciclável destinado às cooperativas										
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO?		ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO	
						INÍCIO	FIM				
Não há controle sobre o material descartado (plásticos, lâmpadas, vidros), sendo considerado LIXO COMUM, o que não esteja em condições de uso;	A redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados	Realizar levantamento atual da situação de descartes de resíduos no PJRN	Para diagnosticar boas práticas, bem como pontos críticos a serem corrigidos.	Solicitando aos gestores das unidades que produzem resíduos para descartes informações acerca do procedimento.	Departamento médico; Departamento odontológico; Departamento de materiais; Departamento de Engenharia e Arquitetura SETIC.	06/2015	12/2015	Em todo PJRN	A definir	31/12/2021	Sim



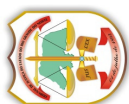
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

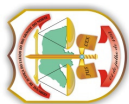
<p>Sem coleta e tratamento dos resíduos do Departamento médico e Odontológico (contrato encerrado);</p> <p>Não há controle acerca da destinação de papel para reciclagem</p>	<p>O uso sustentável de recursos naturais e bens públicos</p>	<p>Estabelecer uma política de descarte para reciclagem.</p>	<p>Para viabilizar o descarte responsável dos resíduos visando à reciclagem, bem como sua destinação correta</p>	<p>1. Implantando o programa de coleta seletiva com distribuição de tambores de reciclagem em cada unidade/prédio a ser monitorada; 2. Implantando coleta de lixo eletrônico, com o descarte correto do material; 3. Celebrando parcerias com associações de catadores de resíduos, a fim de promover a coleta seletiva; 4. Celebrando/renovando o contrato com a maior brevidade possível, visando a destinação dos resíduos de serviços de saúde</p>	<p>Presidência/ COPEGAM</p>	<p>09/2015</p>	<p>08/2021</p>	<p>Em todo PJRN</p>	<p>A definir</p>	<p>Sim</p>
--	---	---	--	---	---------------------------------	----------------	----------------	---------------------	------------------	------------

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".



PAINEL DE INDICADORES DO TEMA GESTÃO DE RESÍDUOS					RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE- ANO 2014	APURAÇÃO	
Destinação de papel para reciclagem	Representa a quantidade em quilo de papel destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de papel destinado à reciclagem	1.451 Kg	Mensal	COPEGAM
Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	Representa a quantidade em quilo de suprimentos de impressão destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de suprimentos de impressão destinados à reciclagem	0	Mensal	
Destinação de plástico para reciclagem	Representa a quantidade em quilo de plástico destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de plástico destinado à reciclagem	525 Kg	Mensal	
Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	Representa a quantidade em quilo de lâmpadas destinado a reciclagem	Quantidade (unidades) de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	0	Mensal	
Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	Representa a quantidade em quilo de pilhas e baterias destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	0	Mensal	
Destinação de madeiras para reaproveitamento	Representa a quantidade em quilo de madeiras destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de madeira destinada à reciclagem	0	Mensal	
Destinação de vidros para reciclagem	Representa a quantidade em quilo de vidros destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de vidros destinados à reciclagem	0	Mensal	
Destinação de metais para a reciclagem	Representa a quantidade em quilo de metais destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de metais destinados à reciclagem	0	Mensal	
Destinação de resíduos de saúde para descontaminação	Representa a quantidade em quilo de resíduos de saúde destinado a descontaminação	Quantidade (kg) de resíduos de saúde destinados à descontaminação	0	Mensal	
Destinação de resíduos de obras à reciclagem	Representa a quantidade em quilo de resíduos de obras destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de resíduos de obras destinados à reciclagem	0	Anual	
Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) à reciclagem	Representa a quantidade em quilo de resíduos de informática destinado a reciclagem	Quantidade (kg) de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) destinados à reciclagem	0	Anual	
Total de material reciclável destinado às cooperativas	Representa a quantidade em quilo de material reciclável destinado a cooperativas	Quantidade (kg) de resíduos I Mensal e semestral recicláveis destinados às <cooperativas	0	Mensal	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.6-Gestão da Qualidade de vida no ambiente de trabalho

PLANO DE AÇÃO

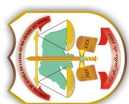
Plano de Ação:	Plano de Ação para aprimorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho								
Objetivo:	Melhorar a Qualidade de vida no trabalho								
Indicadores:	1. Participação dos servidores e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho 2. Ações de inclusão para servidores com deficiência 3. Participação de servidores em ações solidárias (ex inclusão digital, alfabetização, campanhas voluntárias)								
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?		ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
					QUANDO? INÍCIO	FIM			
O PJRN conta com o programa Pró-Vida, que busca proporcionar ao servidor	A qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a unidade responsável.	Fazer levantamento das ações existentes no PJRN, que vise à qualidade de vida no ambiente do	Para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável	Através do Programa Pró-Vida.	Responsáveis pelo programa Pró-Vida.	Junho/ 2015	Julho/ 2015.	Sem custo.	Sim.
						25/05/2015			31/12/2015

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

<p>melhoria na sua qualidade de vida, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Atualmente, concentra a maioria de suas ações no Fórum Miguel Seabra Fagundes, através de várias oficinas, tais como: -Shiatsu express;</p>	<p>A qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a unidade responsável.</p>	<p>Realizar Manutenção e ampliação das atividades já desempenhadas pelo programa Pró-Vida</p>	<p>Para dar continuidade às ações existentes, ampliando-as para mais servidores e comarcas.</p>	<p>1. Ampliando a estrutura física hoje existente no Pró-Vida (equipamentos, salas); 2. Criando salas do Pró-Vida em outros Fóruns; 3. Contratando profissionais que prestem serviços na área da qualidade de vida, uma vez que os existentes são voluntários e não permanecem ao longo da execução das atividades planejadas.</p>	<p>Presidência</p>	<p>Setembro 2015.</p>	<p>Dezembro 2016.</p>	<p>Poder Judiciário</p>	<p>A definir.</p>	<p>Não.</p>
<p>- Alongamento; - Oficina de Canto; - Yoga; - Palestras com médicos e nutricionistas; - Curso de culinária; - Curso de fotografia; - Medida Justa; - Grupo de oração; - Campanhas de vacinação, etc.</p>	<p>Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.</p>	<p>Difundir e promover práticas que compreendam a valorização e satisfação do capital humano do PJRN, através de ações que estimulem o seu desenvolvimento pessoal e profissional, bem como a melhoria das condições das instalações físicas (art. 7º da Resolução 201/CNJ)</p>	<p>Para promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho</p>	<p>Através de adoção de algumas práticas, tais como: 1. Diagnosticando o clima organizacional; 2. Estabelecendo pontos de coletas de sugestões; 3. Adequando as instalações físicas, proporcionando ambiente de trabalho seguro e saudável; 4. Realizando aquisições de mobiliário, optando sempre por versões ergonômicas, que sejam compatíveis com as especificações da NBR 13961:2010 (armários e gaveteiros) e da NBR 13966:2008 (mesas e estações de trabalho);</p>	<p>Presidência</p>	<p>Setembro 2015</p>	<p>Agosto/ 2021</p>	<p>Poder Judiciário</p>	<p>A definir.</p>	<p>Não.</p>

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

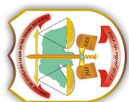

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE -- ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Participação dos servidores e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	Mede a participação dos servidores nas ações e iniciativas promovidas pelo Pró-Vida.	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores que participaram de ações de qualidade de vida} \times 100}{\text{Total de servidores da instituição}}$	$\frac{900}{3337} = 26,97\%$	Anual	Pró-Vida
Participação de servidores em ações solidárias (ex inclusão digital, alfabetização, campanhas voluntárias)	Mede a participação dos servidores nas ações solidárias promovidas pelo Pró-Vida.	$\frac{\text{Quantidade de servidores que participaram de ações solidárias} \times 100}{\text{Total de servidores da instituição}}$	$\frac{300}{3337} = 8,99\%$	Anual	
Ações de inclusão para servidores com deficiência	Mede o número de ações de inclusão promovidas pelo Pró-Vida.	Quantidade de ações de inclusão	0	Anual	

1.7-Gestão dos serviços de Telefonia

PLANO DE AÇÃO											
Plano de Ação:	Plano de Ação reduzir o gasto médio com contratos de telefonia										
Objetivo:	Reduzir os gastos com contratos de telefonia adequando a demanda										
Indicadores:	1. Gasto médio do contrato de telefonia fixa		2. Gasto médio do contrato de telefonia móvel		3. Gasto total do contrato de telefonia fixa		4. Gasto total do contrato de telefonia móvel		Data de Início:	Previsão de término:	
	SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO? INÍCIO	FIM	ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
O Sistema Integrado de Telefonia –SIT, serviço móvel, conta atualmente com	Aperfeiçoament o contínuo da qualidade do gasto público	Histórico das contas de telefonia fixa e móvel no PJRN no ano anterior	Para detectar o gasto médio com telefonia fixa e móvel no PJRN	Solicitando ao Departamento de contratos informações necessárias.	Fiscal do contrato	25/05/15	29/07/15	Em todo PJRN	Sem custo	31/12/2021	Sim



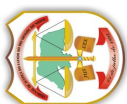
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

200 (duzentos) terminais; 198 celulares e 02 Modem, divididos em categorias distintas de acordo com o perfil do usuário.	Promoção das contratações sustentáveis	Revisar contrato de telefonia	Para adequar o contrato a demanda do PJRN.	1. Capacitando de forma contínua os servidores dos setores responsáveis por contratos; 2. Renegociando o contrato para limitar o crédito por tipo de servidor e linha;	Escola da Magistratura do RN - ESMARN	06/2015	12/2020	Em PJRN	todo	A definir	Sim
Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.		Reduzir o gasto com telefonia PJRN	Para adotar práticas que viabilizem o uso adequado de telefonia no PJRN	1. Conscientizando o corpo funcional acerca do uso adequado dos ramais telefônicos bem como telefones funcionais; 2. Substituindo o uso do telefone fixo pelo pandium (mensagens instantâneas no PC) e/ou email para comunicações internas.	Comunicação/ COPEGAM	09/2015	08/2021	Em PJRN	todo	A definir	Não

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA TELEFONIA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE - ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Gasto médio do contrato de telefonia fixa	Representa o valor gasto da fatura em relação a quantidade de linhas fixas	$\frac{\text{Valor (RS) da fatura}}{\text{Quantidade linhas}}$	R\$ 877.111,81 = R\$ 654,073/linha 1341	Mensal	Fiscal do contrato
Gasto médio do contrato de telefonia móvel	Representa o valor gasto da fatura em relação a quantidade de linhas móveis	$\frac{\text{Valor (RS) da fatura}}{\text{Quantidade de linhas}}$	R\$ 160.656,68 = R\$747,24/linha 215	Mensal	Fiscal do contrato
Gasto total do contrato de telefonia fixa	Representa o gasto total com telefonia fixa	Valor (RS) da fatura de telefonia fixa	R\$ 877.111,81	Mensal	Fiscal do contrato


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

Gasto total do contrato de telefonia móvel	Representa o gasto total com telefonia móvel	Valor (R\$) da fatura de telefonia móvel	R\$ 160.656,68	Mensal
--	--	--	----------------	--------

1.8-Gestão dos serviços de Vigilância
PLANO DE AÇÃO

Plano de Ação:	Adequar os serviços de vigilância	Tema:	Vigilância
Objetivo:	Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços pautados por critérios de eficiência do gasto público	Responsável pela ação:	As áreas responsáveis por cada ação
Indicadores:	1. Valor inicial do posto	Data de Início:	Previsão de término:
	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	QUANTO?
SITUAÇÃO ATUAL	MOTIVO (POR QUÊ?)	QUANDO?	ONDE?
	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	INICIO	FIM
	QUEM EXECUTARÁ?		ANDAMENTO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

O serviço de vigilância é prestado por empresa especializada na prestação de serviços de vigilância. Os vigilantes são alocados por postos em pontos estratégicos	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Fazer levantamento do contrato de serviço vigente no PJRN	Para identificar possibilidades de melhorias	Solicitando departamento competente	Fiscal do contrato	25/05/15	29/07/15	Em PJRN	todo	Sem custo	Sim
	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Redimensionar os postos de vigilância visando melhor adequação técnica	Para adequar o serviço de vigilância, visando a qualidade do gasto público e serviço a ser prestado	1. Substituindo quando possível os vigias por sistemas de imagem, sensores e monitoramento; 2. Adequando os serviços de distribuição de postos.	Presidência/Assessoria de segurança	09/2015	08/2021	Em PJRN	todo	A definir	Não

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA VIGILÂNCIA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Valor inicial do posto	Representa o valor anual do contrato em relação a quantidade de postos	$\frac{\text{Valor total anual do contrato}}{\text{Quantidade de postos}}$	R\$ 4.957.732,68 = R\$ 84.029,37/posto	Anual	Fiscal do contrato
Valor atual do posto	Representa o valor anual de repactuação em relação ao valor anual contratado	$\frac{\text{Valor total anual de repactuação}}{\text{Valor total anual de assinatura do contrato}}$	$\frac{\text{R\$ 2.288.339,54}}{\text{R\$ 7.246.072,22}} = 0,32$	Anual	Fiscal do contrato

1.9-Gestão dos serviços de Limpeza

PLANO DE AÇÃO

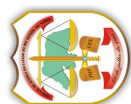
Plano de Ação:	Tema:		Limpeza
Plano de Ação reduzir o gasto com serviços de limpeza e material utilizados	Responsável pela ação:		As áreas responsáveis por cada ação
Revisar e aprimorar os processos de contratações de serviços pautados por critérios de eficiência do gasto público	Data de Início:		25/05/2015
1. Gasto de limpeza pela área construída 2. Gasto com material limpeza	Previsão de término:		31/12/2021
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	QUANTO?
	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	ONDE?
		QUANDO? INÍCIO	FIM
	QUEM EXECUTARÁ?		ANDAMENTO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

<p>O serviço de limpeza é prestado por meio de empresa especializada. O contrato não inclui fornecimento de materiais e equipamentos</p>	<p>Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público</p>	<p>Realizar levantamento do contrato de serviço de limpeza vigente no PJRN, bem como acerca do quantitativo de material de limpeza nos últimos doze meses</p>	<p>Para identificar possibilidades de melhoria</p>	<p>Solicitando aos setores responsáveis</p>	<p>Divisão Contratos</p>	<p>25/05/15</p>	<p>29/07/15</p>	<p>Em PJRN todo</p>	<p>Sem custo</p>	<p>Sim</p>
<p>Promoção das contratações sustentáveis</p>	<p>Contratar serviço terceirizado e material de limpeza de acordo com a necessidade do órgão;</p>	<p>Para aprimorar os processos de contratações e compras</p>	<p>Capacitando de forma contínua os servidores dos setores responsáveis por contratos; Elaboração de estudos técnicos para adequação dos postos de trabalho; Redimensionamento das necessidades de material de limpeza.</p>	<p>Divisão Contratos</p>	<p>06/2015</p>	<p>12/2020</p>	<p>Em PJRN todo</p>	<p>A definir</p>	<p>Sim</p>	
<p>Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.</p>	<p>Sensibilizar o corpo funcional acerca da importância para o meio ambiente da redução dos recursos energéticos</p>	<p>Para difundir e promover a prática da sustentabilidade no âmbito do PJRN</p>	<p>Realizando treinamentos com pessoal da limpeza, a fim de inserir boas práticas no uso de materiais de limpeza, bem como no uso da água e na coleta de resíduos sólidos.</p>	<p>COPEGAM</p>	<p>09/2015</p>	<p>08/2016</p>	<p>Em PJRN todo</p>	<p>A definir</p>	<p>Sim</p>	

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA LIMPEZA



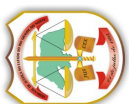
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE - ANO 2014	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Gasto de limpeza pela área construída	Representa o gasto anual do contrato em relação a área construída	$\frac{\text{Valor (R\$) anual do contrato}}{\text{Área construída}}$	$\frac{R\$4.392.846,24}{103.293,12} = R\$ 42,53/m^2$	Anual	Fiscal do contrato
Grau de repactuação	Representa o gasto com repactuação em relação a assinatura do contrato	$\frac{\text{Valor total anual de repactuação}}{\text{Valor total anual da assinatura do contrato}}$	$\frac{R\$171.742,68}{R\$ 5.019.783,12} = 0,034$	Anual	Fiscal do contrato
Gasto com material limpeza	Representa o gasto em reais com material de limpeza	Valor (R\$) gasto com aquisição de material de limpeza	R\$ 328.599,70	Anual	Fiscal do contrato

1.10-Gestão do Consumo de Combustível

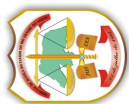
PLANO DE AÇÃO							
Plano de Ação:	Plano de Ação para reduzir o consumo de combustível						
Objetivo:	Reduzir a emissão de substâncias poluentes						
Indicadores:	1. Consumo de gasolina da frota oficial de veículos	2. Consumo de diesel da frota oficial de veículos	3. Consumo de etanol da frota oficial de veículos	Tema:		Responsável pela ação:	
	SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	Data de Início:
							INÍCIO
							FIM
							QUANDO?
							ONDE?
							QUANTO?
							Previsão de término:
							31/12/2021
							ANDAMENTO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

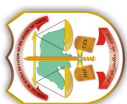
O abastecimento de combustível	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Levantamento do consumo de combustíveis no PJRN no ano vigente.	Para identificar possibilidades de reduzir o consumo de combustíveis	Solicitando ao departamento competente	Fiscal do contrato	05/2015	29/07/15	Em todo PJRN	Sem custo	Sim
--------------------------------	--	--	--	--	--------------------	---------	----------	--------------	-----------	-----



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

<p>da frota se dá através de cartão específico com a sua respectiva cota de abastecimento.</p>	<p>Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.</p>	<p>Sensibilizar o corpo funcional acerca da importância para o meio ambiente da redução da emissão de poluentes no meio ambiente</p>	<p>Para difundir e promover a prática da sustentabilidade no âmbito do PJRN</p>	<p>1. Racionalizando e controlando o uso da frota de veículos, a fim de evitar deslocamentos desnecessários; 2. Definindo procedimentos para o uso da frota, tais como: escalas de saída, lotação mínima, rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados. 3. Utilizando preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol; 4. Realizando manutenção preventiva nos veículos; 5. Quando possível utilizar a viatura de menor tamanho para transporte; 6. Sempre que possível, dar preferência a realização de reuniões por meio de vídeos chamadas e pela utilização de ferramentas tipo o Skype™, reduzindo a necessidade de deslocamentos.</p>	<p>Departamento de comunicação/ COPEGAM</p>	<p>09/2015</p>	<p>08/2021</p>	<p>Em todo PJRN</p>	<p>A definir</p>	<p>Não</p>
--	---	--	---	--	---	----------------	----------------	---------------------	------------------	------------



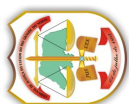
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA COMBUSTÍVEL					
INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE - 1º SEMESTRE DE 2015	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Consumo de gasolina da frota oficial de veículos	Representa a quantidade de quilômetros rodados em relação ao consumo de gasolina	$\frac{\text{Quantidade de km rodados}}{\text{Quantidade de litros de gasolina consumidos}}$	$\frac{583.259}{73.373,96} = 7,95 \text{ km/l}$	Mensal	
Consumo de etanol da frota oficial de veículos	Representa a quantidade de quilômetros rodados em relação ao consumo de etanol	$\frac{\text{Quantidade de km rodados}}{\text{Quantidade de litros de etanol consumidos}}$	0	Mensal	Chefe do Núcleo de transporte.
Consumo de diesel da frota oficial de veículos	Representa a quantidade de quilômetros rodados em relação ao consumo de diesel	$\frac{\text{Quantidade de km rodados}}{\text{Quantidade de litros de diesel consumidos}}$	$\frac{88.905}{16.440,56} = 5,41 \text{ km/l}$	Mensal	

- Não há linha de base para o indicador referente ao consumo de etanol, em face de não haver no PJRN contrato que vise o abastecimento da frota com o mesmo. O indicador não será medido, pois não há expectativa de celebração de contrato para abastecimento da frota oficial de veículos com etanol.

- Foi utilizado o 1º semestre de 2015 como referência devido não haver como aferir o gasto em reais do ano de 2014, pois uma cota desse combustível era paga pelo Governo do RN, e não foi possível obter o valor pago pelo Estado.

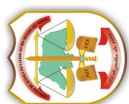


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.11-Gestão do uso sustentável dos Veículos

PLANO DE AÇÃO											
Plano de Ação:	Tema:				Veículos						
Objetivo:	Responsável pela ação:				As áreas responsáveis por cada ação						
Indicadores:	SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO?		ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
							INÍCIO	FIM			
Estabelecido período de antecedência para solicitação do uso de veículo	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Realizar levantamento do número de veículos para transporte de servidores e magistrados no PJRN, bem como do valor gasto com manutenção da frota no ano anterior.	Para ter conhecimento da atual logística para transporte de servidores e magistrados do PJRN, bem como o gasto com manutenção da frota.	Solicitando ao departamento competente	Assessoria de Segurança e Fiscal do contrato	05/2015	29/07/15	Em PJRN	todo	Sem custo	Sim
Promoção das contratações sustentáveis	Padronizar a frota, tendo o maior número possível de viaturas do mesmo tipo, gerando economia na contratação de peças e serviços de manutenção;	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	Capacitando de forma contínua os servidores responsáveis por contratos	Escola Magistratura do RN - ESMARN	06/2015	12/2015	Em PJRN	todo	R\$ 60.000,00	Sim	
											1. Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

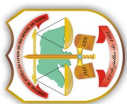
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.12-Gestão do Layout

PLANO DE AÇÃO												
Plano de Ação:	Plano de Ação para aperfeiçoar o layout dos prédios de forma sustentável											
Objetivo:	Adequar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais											
Indicadores:	1. Valor gasto com reformas nas unidades											
	SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	INÍCIO	QUANDO?	FIM	ONDE?	Previsão de término:	QUANTO?
O Departamento de Arquitetura e Engenharia utiliza-se de boas práticas nas construções e manutenções dos prédios do poder Judiciário estadual que na refetem questão sustentabilidade	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Realizar levantamento do valor gasto com reformas nos últimos 12(doze) meses no PJRN.	Para viabilizar de maneiras de reduzir ou permanecer no valor anual de reformas.	Solicitando ao setor responsável	Fiscal Contrato	Agosto/2015	29/07/2015		DAE	Sem custo		Sim
	Uso sustentável de recursos naturais e bens públicos	Buscar benefícios ambientais e econômicos nas construções e reformas dos prédios do PJRN	Para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no PJRN	Dando continuidade as ações já implantadas pelo DAE, nas construções e manutenções dos prédios do PJRN;	DAE	Janeiro/2015	Dezembro/2015		DAE	Custo variável por obra		Sim

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA LAYOUT

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE ANO 2014/ANO2013	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Valor gasto com reformas nas unidades	Valor gasto com reformas nas unidades no ano vigente Valor gasto com reformas no ano anterior	$\frac{\text{Valor gasto com reformas no ano vigente}}{\text{Valor gasto com reformas no ano anterior}}$	1.107.075,85 = 0,36 3.082.907,70	Anual	Chefe de Divisão de Manutenção - Alexandre

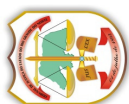

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

- Ações já implantadas pelo DAE nas construções e manutenções dos prédios do PJRN visando a sustentabilidade:
- . Elaboração do Programa de Gerenciamento de Resíduos sólidos provenientes da construção civil;
 - . Projeto de instalações sanitárias que prevê a destinação do efluente para o sistema público de esgoto;
 - . Destinação de águas pluviais para o sistema coletor próprio da edificação, fazendo com que as águas provenientes das coberturas sejam absorvidas dentro do próprio terreno/lote, de modo a não contribuir ou sobrecarregar a drenagem pública;
 - . Instalações hidráulicas e elétricas que priorizam o uso racional dos recursos (água potável/energia elétrica) com emprego de materiais e/ou equipamentos com alto fator de desempenho e economia;
 - . Não utilização de madeiramento em escoras de lajes, bem como no fechamento das obras;
 - . Independência nos sistemas hidráulicos, de modo a permitir maior controle com vazamentos;
 - . Proteção nas esquadrias e fachadas que recebem maior incidência solar, objetivando minimizar o uso de sistema de climatização no interior da edificação;
 - . Utilização de materiais que recebem selo de sustentabilidade pelos Órgãos responsáveis, como piso, esquadrias, etc.;
 - . Aquisição de mobiliário que obedece a ISO 14001 relativo à sustentabilidade - tanto no emprego dos materiais como nos processos construtivos.
 - . Especificamente no projeto da nova Sede do TJ: Utilização da captação solar para aproveitamento no aquecimento de água e nas luzes de emergência.

Ação para ser estudada em 2016.

Realizar estudo de viabilidade do uso de energia solar – Captação de Energia solar.

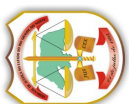


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

1.13-Gestão das Capacitações de servidores em educação socioambiental

PLANO DE AÇÃO										
Plano de Ação:	Plano de Ação para aprimorar as capacitações dos servidores em educação socioambiental			Tema:	Capacitação					
Objetivo:	Promover a capacitação dos servidores para viabilizar a sustentabilidade no PJRN			Responsável pela ação:	As áreas responsáveis por cada ação					
Indicadores:	1. Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar			Data de Início:	25/05/2015	Previsão de término:	31/12/2021			
SITUAÇÃO ATUAL	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO?		ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
						INÍCIO	FIM			
Para o ano de 2015 foram inseridos no plano de cursos de capacitação, dois cursos com temas afins à logística sustentável: Licitações sustentáveis e contratações públicas no Poder Judiciário – Temas atuais e relevantes.	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Realizar levantamento dos cursos oferecidos pelo PJRN com enfoque socioambiental	Para capacitar de forma eficiente	Promovendo a capacitação e conscientização do corpo funcional acerca da importância da responsabilidade socioambiental	ESMARN	25/05/2015	29/07/2015	ESMARN	A definir	Sim



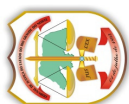
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

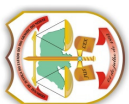
	Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.	Promover capacitação socioambiental para os servidores e gestores em conformidade com a área de atuação	Para capacitar o corpo funcional para desempenharem suas atividades em conformidade com critérios sustentáveis	1. Levantando o quantitativo de servidores que atuam com gestão e logística e os cursos de capacitação a serem oferecidos; 2. Incluindo no plano de capacitação, cursos específicos relacionados a temas atinentes à logística sustentável na administração pública; 3. Premiando os servidores que apresentarem ações de boas práticas sustentáveis;	Departamento de comunicação/ COPEGAM	09/2015	08/2021	Em todo PURN	A definir	Não
--	--	---	--	---	--------------------------------------	---------	---------	--------------	-----------	-----

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar	Representa a quantidade de ações de sensibilização e capacitações realizadas	Quantidade de ações de sensibilização e capacitação	10	Anual	COPEGAM


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".
1.14-Gestão dos indicadores

PLANO DE AÇÃO										
Plano de Ação:	Tema:					Resultados				
	Responsável pela ação:					As áreas responsáveis por cada ação				
Objetivo:	Data de Início:					Previsão de término:				
	QUANDO? INÍCIO		QUANDO? FIM			ONDE?		QUANTO?		
Indicadores:	1. Índice de metas alcançadas no PLS									
	LINHA DE ATUAÇÃO	META (O QUÊ?)	MOTIVO (POR QUÊ?)	ETAPAS DA EXECUÇÃO (COMO?)	QUEM EXECUTARÁ?	QUANDO? INÍCIO	QUANDO? FIM	ONDE?	QUANTO?	ANDAMENTO
A maioria dos indicadores não vinham sendo monitorados com frequência. Só media quando solicitado.	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Realizar levantamento dos tipos de monitoramento adotados em outros tribunais	Para adotar uma metodologia de monitoramento dos indicadores	1. Realizando benchmarking com os Tribunais que já estão realizando este tipo de monitoramento 2. Identificando o custo benefício de cada tipo de sistema de monitoramento.	Sulamita	25-05-2015	31/12/2015	SGE	A definir	Sim
	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Adotar um sistema de custos	Para controlar os gastos com as contratações por centro de custos.	Aderindo a uma ata ou desenvolvendo um sistema próprio	Secretária de Orçamento e Finanças	02/08/2015	31-12/2016	Secretaria de Orçamento e Finanças	A definir	Sim
	Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas	Treinar responsáveis em sistema	Para aprimorar o controle desses indicadores	Capacitando cada responsável a usar o sistema e a monitorar o desempenho de cada indicador.	ESMARN	31/06/2015	31/12/2016	ESMARN	A definir	Não
	Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público	Estabelecer um cronograma de reuniões	Para verificar os resultados e identificar gargalos.	Através da análise dos indicadores.	COPEGAM	25/05/2015	31/12/2021	COPEGAM	Sem custo	Não


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

PAINEL DE INDICADORES DO TEMA RESULTADOS						
INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE – ANO 2014	META	APURAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
Índice de metas alcançadas no PLS	Representa o percentual de metas alcançadas em relação as metas propostas para o período de referência.	$\frac{\text{Nº de metas alcançadas}}{\text{Total de metas}} \times 100$	0%	Alcançar 50% das metas até 2021.	SEMESTRAL	COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL/ COPEGAM



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

2-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração Pública, na qualidade de consumidor de recursos naturais, bens e serviços nas suas atividades meio e finalísticas, vem, cada vez mais, assumindo papel importante no tocante à responsabilidade socioambiental, visando um crescimento econômico equilibrado com políticas de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, várias normas e regulamentações disciplinam a questão socioambiental em diversos setores da sociedade. Um marco inicial se deu com a publicação da Lei nº 6.934, de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Na nossa Carta Magna há artigos relacionados ao meio ambiente, como o Art. 255, que impõe ao Poder Público e a coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações futuras.

No que tange a Administração Pública, o Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, que visa estimular os gestores públicos a inserirem critérios socioambientais nas atividades desempenhadas por cada órgão.

Em março do corrente ano o Conselho Nacional de Justiça, editou a Resolução 201, a qual dispõe sobre a criação de núcleos socioambientais em todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário, bem como a elaboração e implantação do Plano de Logística Sustentável.

O Presente Plano de Logística Sustentável é composto de 13 temas e 16 planos de ação contendo cada um suas metas, objetivos e responsabilidades definidas, prazos de execução e indicadores. O seu monitoramento e avaliação, proporcionará ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos em suas atividades.

Insta salientar que para a eficiência na implantação do PLS, é imprescindível compreender que a responsabilidade socioambiental nasce com a decisão da instituição em revisar posturas, atitudes e práticas que agreguem valores sustentáveis em suas ações.

Por fim, a grande meta do Poder Judiciário será transformar o discurso teórico em ações efetivas, uma vez que adotar postura sustentável não se trata de algo simples, pois ela traz em sua concepção desafios aos gestores nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

VISÃO: "ser uma instituição moderna e eficiente, reconhecida pela sociedade".

3-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Resolução nº 201 do Conselho Nacional de Justiça de 03 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2795>>. Acesso em: 05 de março de 2015.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. **Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública.** Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/sustentabilidade/roteiro-pratico-de-acoes-sustentaveis-na-adm-publica.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

IFRN. **Plano de Logística Sustentável do IFRN.** Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/servidores/campus-verde/plano-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 19 de abril de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Planos de Gestão de Logística Sustentável para o Instituto Nacional de Tecnologia (PLS INT/RJ).** Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/instituto-nacional-de-tecnologia.pdf>>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Planos de Logística e Contratações Sustentáveis.** Disponível em: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/capacitacao/planos-de-logistica-_jhessica-cardoso.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2015.